

REGULAMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA:

A face podre da burocracia.

Renato Sampaio Sadi*

*Quanto mais se entope de perfume,
Mais aumenta o cheiro putrefato
Nada mais fermenta nesse estrume
E no entanto, nada é mais amado
(Golpe de Estado)*

INTRODUÇÃO

O título deste ensaio abrange a Educação Física no que diz respeito à área profissional e acadêmica, além de incorporar o debate sobre o processo de regulamentação do profissional e criação dos conselhos federal e regionais. O tema da burocracia é o mote para a discussão da regulamentação da Educação Física. Baseado neste tema e, no contexto de (des)regulamentações da atualidade brasileira, pretendo polemizar intenções e consequências dos diferentes projetos envolvidos, a saber: o projeto de manutenção do status-quo representado pelo neoliberalismo no país e o projeto de ruptura/transformação da ordem estabelecida, representado pelos setores oposicionistas/progressistas.

Parece-me que não só o profissional e sua recente profissão foram regulamentados: a Educação Física, de forma geral, foi igualmente enquadrada no caldo sócio-político-cultural das novas práticas sociais, destacadamente aquelas relacionadas ao setor de serviços tendo o mercado como mediação fundamental, práticas solidificadas nos anos noventa pelo tripé desestatização/desregulamentação/desproteção dos direitos sociais.¹ Este enquadramento faz parte da anarquia do sistema vigente mas é também resultado

* Renato Sampaio Sadi, 38, é professor de Educação Física e doutor em Educação: História, Política, Sociedade pela PUC-SP.

¹ - Segundo Luis Fernandes (1995:54) a desestatização se contrapõe à intervenção demasiada do Estado na economia. Empresas estatais e mistas nesta lógica, devem ser privatizadas; a desregulamentação reduz o controle estatal sobre a economia e a gestão da sociedade. Há perda de domínio no campo financeiro, fim das barreiras alfandegárias e um ataque político-ideológico ao “burocratismo do Estado”; à desproteção dos direitos sociais são contrapostos direitos fragmentados, particularistas.

intencional de extração de lucro das mais variadas formas neste setor heterogeneizado, complexificado e emergente que tem sido a Educação Física nos anos noventa em diante.²

Mesmo considerando o processo de regulamentação do profissional de Educação Física como uma arena espúria e cheia de contradições, busco respostas mais profundas para o verdadeiro sentido desta regulamentação, isto é, a partir dela, quais as consequências (negativas e positivas) para a área profissional e acadêmica? Afinal, quais são os objetivos não explicitados pelo conselho federal, capazes de conformar um novo quadro para a área? Reserva de mercado, fiscalização sobre o trabalho, promoção de competências profissionais diante dos usuários dos serviços de atividade física, interferência em políticas públicas e de currículo etc, são questões que ainda não explicaram toda a trama de concatenações. As atribuições do sistema Confef/Cref na sua pura aparência não revela as reais intenções na esfera imediata de prática social que é a Educação Física. Na tentativa de descortinar o véu de armações e falsidades desta engrenagem disposta a sugar e submeter os professores de Educação Física, apresento na sequência, uma discussão sobre: a questão da conjuntura política no Brasil; a questão dos impactos das novas formas de (re)criação de mercadorias (a invasão de novas esferas pelo Capital); a questão dos condicionantes da burocracia. Diante da regulamentação da Educação Física a burocracia sedimenta sua podridão no terreno das falsidades e ilusões. Neste item, além de abordar a autocracia do sistema confef/cref, apresento considerações sobre as novas exigências educativas, abordagem psico-social, relativas a medo, controles subjetivos e registros burocráticos destinados a limitar as ações dos professores.

Penso ser necessário um resgate teórico-político para a abordagem do presente tema. Apontamentos que possam “comer pelas bordas” centrando a Educação Física numa análise de totalidade social.³

² - A Regulamentação da Educação Física é histórica e, na perspectiva do projeto dominante da burguesia, necessária para o desenvolvimento da área, da luta contra a crise instalada, da ambição, do lucro, da valorização individual e profissional entre outras questões. O termo “regulamentação” bastante conhecido no interior da Educação Física foi muito estudado pela via legalista dos documentos, decretos, pareceres etc e pouco abordado pelos significados políticos e ideológicos dos projetos em disputa. Aqui refere-se ao *enquadramento* dessa nova esfera que é a Educação Física, como possibilidade mercadológica e/ou de serviços.

³ - “Comer pelas bordas” significa tatear o objeto de estudo, envolvendo-o desde as questões mais tangenciais até as mais centrais. Quando se “esfria o mingau”, aí sim, deve-se relacionar e interpretar as dimensões/significados do material de pesquisa. A análise de totalidade social prevê portanto, não a simples análise das partes do todo mas a multiplicidade e complexidade do objeto.

A QUESTÃO DA CONJUNTURA POLÍTICA NO BRASIL

A organização política dos partidos, sindicatos, associações e instituições está pautada por princípios filosóficos e ideais que se materializam no conteúdo e na forma de fazer e conduzir a política. O ser político no desenvolvimento de sua aprendizagem e qualificação orienta-se com base em seus seguidores, pessoas mais experientes que transmitem/socializam o conhecimento político. Analisar a conjuntura política é explicitar o ordenamento hierárquico das diferentes linhagens políticas em disputa, como se pensa e como se faz política. O exemplo deve vir de cima, da concepção à ação, do projeto à realidade. O atual governo já deu inúmeros maus exemplos sobre postura e ética na política. Não se pode dizer que é um governo digno de respeito e/ou insuspeito nas atitudes. Para governar é necessário preservar a imagem de honestidade e firmeza nas ações políticas. Atualmente, a roubalheira, corrupção e os piores exemplos vem manchando a política brasileira e a visão que os estrangeiros tem do país. Estelionato, sequestro, tráfico de entorpecentes, remessas de grandes quantias para paraíso fiscais, entre tantas outras sacanagens, formam o caótico quadro de capital concentrado na mão de poucos e do sentido trágico da vida de muitos. São ramificações danosas para a sociedade, confinadas num espectro de violência putrefata espalhada por todo canto. Os burocratas de plantão não conseguem desvencilhar-se das amarras cotidianamente impostas sobre suas cabeças. Contribuem para formar o caldo sócio-cultural “esquecido” pelos veículos de informação escrita e mídia eletrônica. Comenta-se sobre a injustiça social, o desnível entre o alto escalão do governo e o povo, privilégios de todo tipo mas não se fala em *como* distribuir a riqueza. As maravilhas do mundo rápido e eficiente das novas tecnologias são realçadas como progresso e desenvolvimento, porém não se discute em profundidade a crise de estagnação vivida hoje pelo capitalismo. Nesse campo, abandona-se a perspectiva do socialismo como contraponto legítimo ao sistema vigente. Não se aborda o tema do desemprego relacionando-o à múltiplas funções do trabalho humano e às consequências irreversíveis para os desempregados. Quando abordado, o tema aparece somente com o lado quantitativo. Os índices são mascarados e o fenômeno torna-se *invisível*.

Hoje o mundo está marcado pela estagnação, com raras exceções, como são a China e o esforço de Cuba, apesar do cerco norte-americano. É dominante o padrão capitalista de

inédita concentração e centralização do capital e extrema contenção do trabalho vivo, que gera uma leva de desemprego jamais vista e combina a alta especulação financeira com crescimento mínimo. A linha persistente de desvalorização da força de trabalho se traduz na intensificação do ritmo de trabalho exigido, regressão das formas de trabalho, diminuição de salários, extinção massiva de postos de trabalho, anulação de conquistas trabalhistas, subcontratações etc. (Rabelo, 2002:02)

A oligarquia financeira especula em bolsas de valores/mercado de futuros. São mesas de apostas, "cassinos" para os milionários se divertirem, enquanto aqueles que vivem do trabalho estão submetidos à penúria, ao sofrimento e à desesperança. O desemprego, visto sob o ponto de vista individual, é um massacre psicológico e um desastre objetivo para os chefes de família. As atuais ondas recessivas e de economia estagnada causam os impactos imediatos da demissão e do fechamento de postos de trabalho. É o famoso enxugamento da folha de salários, triste crise visível a olho nu, contra a qual pouco se tem feito.

Compõe o quadro de grave crise a confirmação de uma tendência recessiva da economia mundial, acentuada pela deflagração da guerra atual. A Organização das Nações Unidas prevê um crescimento de apenas 1,5% para 2002 e nos 29 principais países do mundo essa taxa não deve passar de 1% do Produto Interno Bruto. É uma situação de tênue equilíbrio: nem desenvolvimento, nem colapso, com ocorrência de graves crises periódicas. Até quando? Dessa modalidade de equilíbrio resulta um sistema econômico de tensão permanente onde a instabilidade adquire maior relevo. (Rabelo, *ibidem*:04)

No Brasil, a crise do capitalismo tem sido driblada de várias formas: pelas doses homeopáticas de choques parciais na inflação, culminando com a tentativa de eliminação da cultura inflacionária (plano real) em 1994. Segundo Anderson, a hiperinflação seria o equivalente funcional para que o povo aceitasse políticas neoliberais mais drásticas, pois o remédio da estabilidade condicionaria, em tese, a medicina deflacionária que estava faltando ao país (cf. Anderson, 1995:22). Por outro lado, a burguesia nacional, vem (re)criando o medo da vitória de Lula e, elaborando com isso, discursos e fantasmas subliminares que visam afastar os eleitores da figura e do significado de um dirigente proletário como Presidente da República.

A verdade é que o governo FHC empreendeu medidas de caráter anti-social/anti-popular e ao longo do período foi firmando pactos com o sistema americano, Banco Mundial e FMI. Os planos de desenvolvimento estratégico para o Brasil foram abandonados e as opções assumidas foram flagrantemente desnacionais. O que importa destacar, no plano econômico, são as consequências danosas do projeto neoliberal, aquelas

relativas à nossa organização econômico-social, políticas que foram arquitetadas pelos economistas do governo FHC.

A cada onda da crise mundial que afeta o Brasil, como a que ocorreu a partir do segundo semestre de 1998, tendo seu desfecho em janeiro de 1999, com a desvalorização do real, o poder do grupo de financistas-banqueiros da PUC/Rio, braço de apoio de FHC, parece se abalar, mas acaba se mantendo no leme do governo, consertando novos compromissos com a finança internacional, com graves consequências para a população e o país (...) De forma semelhante à que ocorreu com o México após a crise de dezembro de 1994, o governo Fernando Henrique e seu grupo de banqueiros-financistas, depois da crise de janeiro de 1999, na tentativa de superá-la, aceitou estabelecer um governo diretamente "compartilhado" com o FMI/Tesouro dos EUA, para fechar um empréstimo de emergência ao Brasil no valor de US\$ 41 bilhões (Gomes, 2000:11)

A mercantilização da política, da cultura e da ideologia empobreceu o conjunto das relações sociais, ao imprimir a estas um caráter reificado do trabalho humano.⁴ O tratamento político em forma mercantil não é apenas tecnicista, é hábil nas justificativas apresentadas ao povo. Utiliza medidas populistas para (re)criar alianças com os setores mais conservadores; apóia-se nos ataques aos argumentos críticos e contrários à ordem imposta. Nesta perspectiva o capitalismo brasileiro tem se mostrado "flexível", isto é, disposto a assumir compromissos financeiros com os credores internacionais, vendendo a imagem da administração segura e preparada para o desenvolvimento.

Para convencer o vice-diretor-gerente do FMI, o americano Stanley Fisher, e o então sub-secretário do Tesouro dos EUA, Lawrence Summers, a apoiar o empréstimo de US\$ 41 bilhões, a equipe do ministro Pedro Malan, autorizada por FHC, discutiu não apenas compromissos gerais sobre metas fiscais e inflacionárias, mas metas detalhadas, assim como os meios específicos para garanti-las, o que implicava em muitos casos, a modificação da legislação brasileira, em assuntos como o da Previdência Social e nos direitos dos servidores públicos e aposentados da União e a hipótese de que tudo seria obtido, sem problemas, junto ao Congresso Nacional e ao Poder Judiciário (Gomes, op.cit:12)

Como o capital não tem pátria, seus interesses, em matéria de relações internacionais, estão voltadas para o cumprimento das metas fiscais e inflacionárias, de modo a assegurar o excelente potencial do mercado brasileiro ainda virgem no cenário mundial. Custe o que custar, os negociadores não estão preocupados com a nação, muito menos com o povo. Preocupam-se com a viabilização do ganho de dinheiro e de mais dinheiro através do próprio dinheiro. As trocas, aliás, no caso deste e de outros empréstimos, estão condicionadas a um maior enxugamento nos direitos sociais. Além

⁴ - Ver *Capitalismo e Reificação* de José Paulo Netto, Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1981.

disso, o capital só se interessa pela força humana do trabalho quando esta é produtiva, o que significa afirmar que, para o capitalismo, o desemprego é uma constante. Como os neoliberais não podem assumir esse problema, mascaram os índices oficiais e extra-oficiais através de metodologia diferentes.

Entre 1990 e 1993, período que abarca o biênio recessivo do governo Collor, aumentou a taxa de desemprego, e o número absoluto de trabalhadores empregados caiu – de 40,1 para 39,4 milhões (...) Com a passagem da política recessiva do governo Collor para uma política de crescimento moderado e intermitente dos governos Itamar e FHC, o número de empregados subiu, entre 1993 e 1995, dos 39,4 para 40,7 milhões. Este pequeno crescimento absoluto, que representa menos da metade dos três milhões de empregos que a economia brasileira precisaria ter criado no biênio 1993/1995 apenas para observar o crescimento vegetativo da força de trabalho, foi grosseiramente utilizado pela grande imprensa para propagar a idéia de que o desemprego estava diminuindo. Ocorre que o crescimento da oferta de empregos foi, no período de 1990/1995, menor que o crescimento pela procura por empregos: embora o número de empregados tenha crescido, o número de desempregados cresceu mais. De fato, a taxa de desemprego aberto calculada pelo IBGE indica o crescimento do desemprego na década do neoliberalismo – essa taxa passou de 3,7% em 1990, para 4,8% em 1995. (Boito Jr, 1999:89)

No desenho das utopias (sem elas não há vida humana digna) também houve uma queda na disposição de luta dos dirigentes políticos que detém poder. Foram entregando o país em troca de migalhas sem esboçar resistência aos ditames imperialistas, o que, indiretamente, afetou o espírito nacionalista do brasileiro. Não se fala mais de mobilização de massas, de mobilização nacional, de interesses estratégicos da pátria. Há uma destruição em curso do ideário cívico, patriótico e do sentimento nacional de ser brasileiro. O *imortal* Barbosa Lima Sobrinho, em artigo escrito em junho de 2000, assim expressou-se:

O fato é que alguma coisa se perdeu em relação aos nossos dirigentes. Algo da grandeza, da estatura. Nutro certo saudosismo em relação ao que significou amar a pátria. E temo que tenha se perdido esta intensidade nacionalista porque o povo perdeu um pouco do seu romantismo e capacidade de entrega às grandes causas, caindo num cotidiano de curto fôlego, imposto de cima para baixo, provavelmente de modo intencional. Um cotidiano de matérias menores. Também a frustração com a política e a deturpação das instituições tiveram aqui seu papel desmotivador e funcional, privando o povo de um de seus grandes escudos, o sentimento nacionalista. O que não quer dizer que esse teor maior não possa ressurgir. E ressurgirá. Pois, apesar das tendências em curso, o que sei é que assim como assisti a tantas mudanças, haverá sempre outras por vir. (Sobrinho, 2000: 36)

O vir-a-ser contudo, está dependente da globalização, principalmente da financeira. Esta esfera, aparentemente reguladora e justa no que diz respeito ao adiantamento de crédito, é na verdade, responsável pelos desequilíbrios políticos da atual conjuntura,

desencontros que afetam diretamente os trabalhadores e uma organização social submetida à lógica da violência urbana de toda espécie.⁵

A globalização tem uma direção política e um núcleo de poder. Os EUA nunca concentraram tanto poder como hoje. Nesse centro as regras são ditadas pelos mercados financeiros. São eles que comandam a globalização, a ponto de a globalização financeira, que foi mais longe do que todas, comandar o comportamento da economia real. Se Wall Street vacila e as ações da General Motors caem, imediatamente o presidente da empresa declara que irá demitir, no mundo inteiro, 20 mil trabalhadores, para enxugar a companhia e torná-la mais apetitosa para os mercados financeiros. Do outro lado do Globo, alguém é desempregado, sua vida desanda, ele perde a confiança em si, no trabalho, perde valores, auto-estima, e se torna mais um a vagar pela periferia de uma grande cidade brasileira, sentindo que seu destino saiu completamente de (seu) controle. (Belluzzo, 2000: 218)

É importante demarcar que os determinantes da globalização articulam-se com a conjuntura política e, no Brasil, manifestam-se na realidade contraditória e miserável, não podendo portanto ser vistos por partes estanques. Inclui-se aqui a análise teórico-metodológica da estrutura de produção nos dias atuais, discussão que apresento a seguir.

A QUESTÃO DOS IMPACTOS DAS NOVAS FORMAS DE (RE)CRIAÇÃO DE MERCADORIAS (a invasão de novas esferas pelo Capital)

A partir da matéria e do trabalho humano (vivo e/ou morto) o produto se torna mercadoria e, na síntese marxiana, apresenta-se sob uma forma fetichista e fantasmagórica. Isso significa que o específico do capitalismo é o processo de *valorização*, ou seja, o capital através do progresso técnico empregado é valor que se valoriza pela exploração do trabalho. Se a mercadoria é a forma de riqueza do capitalismo, uma forma que combina “coisa produzida” e relação social ou, em outros termos, um valor de uso e um valor de troca, seu caráter enfeitado apóia-se, de um lado, na objetivação do homem em seu trabalho concreto e de outro, nas necessidades e desejos deste homem a partir do trabalho abstrato, dos valores de troca e das ramificações deste trabalho no tecido social.

⁵ - Tramita-se no Congresso Nacional a *flexibilização* dos direitos trabalhistas. Benefícios como 13º salário, licença-maternidade, adicional sobre hora-extra, FGTS entre outros, podem ser transformados em objeto de livre negociação, ou seja, flexibilizados.

Tais bases, em linhas gerais, permitem a compreensão do metabolismo do capital e sugerem a verificação dos impactos atuais das novas formas de mercadorias em diferentes espectros/esferas de invasão ou áreas virgens a serem penetradas pelo Capital.

Fernandez Enguita (1993:262) dissecou a idéia de que o Capital busca novas esferas e o faz com a voracidade de um leão faminto pois as velhas bases de atuação estariam saturadas no que diz respeito à realização do lucro, à objetivação do processo de valorização. Assim, a lógica do Capital que busca desenvolvimento, possibilita ao setor competitivo, a novidade do produto, a melhor qualidade e o menor custo. Desejos e necessidades são (re)criados e a capacidade de produção e circulação de mercadorias revigoradas. Combate-se a crise de estagnação do ciclo anterior de desenvolvimento empacotando coisas, serviços e sonhos com novas roupagens. Afirma o autor que:

O motivo pelo qual o Capital tende a se introduzir no ensino é simples: a saturação do Capital que se produz nos setores já dominados por ele diminui a taxa de mais-valia e a taxa de lucro e empurra os capitais excedentes para novos setores que ainda não tinham sido submetidos ao modo de produção capitalista ou à criação de setores inteiramente novos. Ora, um setor novo tem que criar seu próprio mercado, seja criando novas necessidades (solúveis) ou substituindo-se aos produtos de outro setor na satisfação de necessidades velhas. Em troca, se o setor já existia como setor submetido à pequena produção mercantil ou mesmo subtraído à esfera da troca (o caso dos serviços públicos propriamente ditos), então se precisa de apenas um processo de substituição. (Fernández Enguita, 1993:262)

Observa-se um crescente número de empresas que se multiplicam pelo mecanismo de franquia. Na mesma direção a privatização das rodovias, o crescimento no número de pedágios e número de empresas prestadoras de serviços, como postos de gasolina, restaurantes, bares e conveniências. Os caminhos de rentabilidade são abertos como processo legítimo através do discurso da satisfação do cliente e da geração de empregos (diretos e indiretos). Omite-se todavia, que este processo está pautado por uma crise de valorização pois na verdade otimizam-se as áreas virgens da exploração capitalista pelo fato da saturação econômica nas áreas de origem terem apontado barreiras/limites na extração de lucro.

O setor de ensino também segue os mesmos rumos da (re)criação de novas necessidades/desejos/mercadorias. Neste setor o Capital também possui um apetite de invasor e realizador do sonho do diploma, da fama e de uma vida melhor. Os impactos das sucessivas ondas neoliberais na educação atingiram a esfera pública pelo deslocamento do Capital social para áreas de caridade bem como a progressiva diminuição de verbas. Pode-

se até afirmar que o neoliberalismo prevê uma educação básica de qualidade com vistas ao trabalho do mercado técnico-profissional, mas o fato é que os controles tem recaído diretamente no enxugamento de salários, benefícios e vantagens da carreira docente.⁶ Se do lado do Estado a educação apresenta-se com este caráter vacilante, cínico e pseudo-realizador da formação/qualificação humana para o trabalho, do lado privado o terreno é propício para o investimento e retorno de capitais, só que sem fiscalização e com compromisso discutível.

A introdução do Capital no ensino como capital de serviços é um fenômeno tão conhecido que torna desnecessário apresentar qualquer exemplo. O que realmente vale a pena assinalar é o fato de que o invadir novas esferas, entre elas o ensino, se apresenta como necessidade mais premente para o Capital nos períodos em que existe um forte excedente de capitais sem investir, em que a taxa de lucro obtida pelos capitais em ativo é mais baixa ou em que como é o mais provável acontecem ambas as coisas ao mesmo tempo. O Estado pode assumir a responsabilidade e os custos do ensino não só por que o Capital considera-o como um simples aspecto das condições gerais da produção que não resulta rentável explorar diretamente, como também pela forte pressão política que deriva do fato de ser considerado um bem social a que todos devem ter acesso. (Fernández Enguita, 1993: 281)

O autor lembra que o Estado de Bem-Estar-Social assegurou uma série de serviços sociais com o que assumiu uma parte dos custos da força de trabalho. Assim, enquanto o Capital se valorizava em outras esferas, tolerava o andamento desta política. Isso vai mudar com o advento do neoliberalismo, com a desmontagem das instituições, do Estado de Bem-Estar-Social, para que o Capital possa introduzir-se nelas como Capital de serviços ou Capital que produz mercadorias. Assim, um setor como a saúde, manifesta-se como área *produtiva* para os capitais excedentes.

Não quero discorrer sobre a invasão do Capital no setor da saúde sob pena de mesclar os temas e assim diluí-los. Entretanto cabe salientar a visível transformação da saúde em mercadoria, o fortalecimento da medicina curativa de grupos e planos de saúde em conjunto com a indústria farmacêutica, tudo em detrimento do sistema único de saúde que vai sendo sucateado e abandonado. Nesta área o fenômeno da invasão de novas esferas é mais nítido do que na educação, afinal, coisas emergenciais como a saúde são mais facilmente vendidas e compradas do que coisas em que o consumo ou é imediato (aula) ou é elemento de médio/longo prazo (livro, material didático, formação, diploma). Também

⁶ - Ver *Os condicionantes políticos da formação docente*. Dissertação de Mestrado que apresentei à PUC-SP, em 1996.

não há espaço nestas linhas para a abordagem da entrega da Universidade Pública ao setor privado de ensino.⁷

O que dizer então sobre a introdução de Capital na área da Educação Física? Quais são os nichos não visitados pelo Capital nesta área? A procura por novas esferas e novos lucros tem relação com o processo de regulamentação da profissão? Em que medida a Educação Física está refém da perspectiva avassaladora e coisificada do Capital que busca a cada instante a renovação do lucro esportivo, turístico, da indústria do lazer, do corpo, da saúde e até da escola? (facilmente vendidas e compradas)⁸

Não é só o tênis-última moda, a roupa ou o material esportivo os responsáveis pela (re)criação de necessidades/desejos nesse campo.⁹

Por todas as brechas jurídico-políticas o Capital tem se favorecido na organização ilegítima dos novos cursos de Educação Física. Assim, o sistema Confef/Cref tem se apoiado na burocracia que o aliou ao mercado. Em artigo anterior quando observava os impactos da regulamentação na área escolar da Educação Física, assim me pronunciei:

Passando o trator nos trabalhadores e profissionais de educação, as personalidades que dirigem os atuais conselhos profissionais, apresentam receitas elaboradas em gabinetes fechados. Desprezam a democracia. Atacam e afrontam a intelectualidade progressista da área. Visam fortalecer os laços privatistas do setor não-escolar da Educação Física, mas isso, sem perder de vista o escolar, pois preocupam-se com o projeto pedagógico da escola. Afinal é dela que sairão os futuros estudantes... e consumidores da Educação Física regulamentada. (...) Não é exagero afirmar que os restos escolares da Educação Física correm perigo. Não na legalidade, já que a formalização da ação educativa via “Educação Física Escolar” é juridicamente improcedente, mas do ponto de vista do projeto em disputa

⁷ - Por ocasião da greve dos servidores públicos federais em 2001, Hélio Schwartzman escreveu um interessante artigo no qual aborda o tema da Universidade Pública e do ensino superior privado: “Às faculdades particulares deve-se reservar o papel complementar de Centros de Formação de Pessoal. O fato de não desenvolverem pesquisa de primeira linha não impede que se transformem em boas escolas, desde que o MEC cumpra sua função. É ele que deve tê-las em suas mãos e não o contrário. Transformar esse conjunto de faculdades em Universidades dando-lhes a prerrogativa de abrir os cursos que desejarem, quando desejarem, é rematada insânia.” Ver Universidade e Modernidade – um paradoxo, Folha de São Paulo, 06 de dezembro de 2001.

⁸ - O Capital produtor de mercadorias manifesta-se no ensino através de quatro fenômenos: crescente aumento nos materiais auxiliares, como livros, fichas, laboratórios de línguas, etc; ensino por correspondência, ensino de línguas por fitas e livros; universidades à distância; mercadorias didáticas, vídeo, computadores e sistemas prontos de aula vendidos em supermercados (cf. Fernández Enguita, op.cit:283-4)

⁹ - Há inúmeros exemplos nas academias de ginástica com a introdução de alimentos em pó, energéticos e vitaminas que comprovam a voracidade do Capital no setor. Novos aparelhos, novas marcas, miudezas e visual. Há também na área do Lazer, os chamados esportes radicais (rattling – descida de bote pelos rios; canyoning – descida em rapel pelo meio de uma corredeira, hicking – caminhada pelo leito ou margem dos rios e riachos; Boiacross ou Aquaraid – bóias que descem o rio pelas corredeiras; além destes, há outros mais conhecidos (Jet-Ski, Canoagem, Pára-glíder, Pára-quedismo, Ski-aquático, balonismo, escaladas, trilhas-bike, enduro a pé – trekking, enduro equestre, rapel e pesca esportiva. Todas estas “radicalidades” das novas práticas esportivas exigem a produção de novos desejos/necessidades/mercadorias.

(...) Apesar de uma vitória parcial dos setores conservadores e de direita, a indignação deve alertar todos aqueles que se pautam pela ética democrática e por um projeto de emancipação educacional. (Sadi, 2000:01)¹⁰

Essa burocracia que é dominante na Educação Física possui seus representantes na maioria das Escolas Superiores, Centros Universitários e Universidades Privadas. É ela que acelera a perspectiva de encurtamento da formação na área. É ela que vende a ilusão do diploma conjugado com o status profissional da “nova” profissão. É ela que impõe seu preço de mercado para suas atividades e formalidades. Evidentemente que a burocracia por si só não tem poder no espaço sócio-cultural e de envolvimento das pessoas e projetos, mas o fato é que ela vai entranhando sua podridão neste setor. Assim, vivemos sob intenso fluxo de capitais transformados que foram ao longo dos últimos anos imbecilizando as pessoas nas academias de ginástica, clubes, hotéis, centros de consumo estético, corporal e esportivo. Supervalorizou-se o indivíduo em detrimento do coletivo, elevando-o à categoria abstrata de “semi-deus”, isto é, almejou-se um modelo de perfeição humana inexistente no concreto das contradições sociais. Esse modelo, estético-corporal-saudável e, sobretudo, individual, só foi possível graças aos novos produtos e serviços personalizados. Não que ele não existisse anteriormente, o fato é que a penetração de capitais esparramados no setor de serviços, juntamente com o (des)controle/(des)governo do Estado, atingiram a Educação Física e as potencialidades de um mercado em construção.

A título de hipótese, afirmo que a burguesia, remodelando seu discurso com a área, edificou e idealizou este mercado, que, ainda em expansão, exige formalidades, isto é, formas novas como a regulamentação do profissional. Com isso espera legitimar e convencer o próprio mercado (e seus agentes econômicos) de sua eficácia e perspectiva de projeto. Aqui temos uma aparente contradição: do lado escolar, “descarta-se” a Educação Física, na área não-escolar imprime-se uma ofensiva conservadora-liberal que visa a ampliação do mercado e do lucro. Quais são as explicações convincentes para poder descosturar esta aparente contradição?

Bracht (2001:68) sustenta que desde o início dos anos noventa as bases da Educação Física na escola “tornavam-se cada vez mais frágeis”. O autor questiona o por quê do desinteresse da pedagogia conservadora para com a Educação Física. “Quais funções ela

¹⁰ - grifos meus (R.S.S)

(EF) cumpria e, que agora, estariam fora dos interesses da pedagogia conservadora?” Nesse sentido sua hipótese atual é de que a contribuição da Educação Física como foi concebida para o projeto moderno-liberal-burguês (de educação) se esgotou. (cf. op.cit:73)

Cinco mudanças são apontadas para justificar o possível desinteresse da burguesia com relação à Educação Física.

Essas mudanças explicam, em parte, por que, para o projeto liberal-burguês de educação, a Educação Física (moderna) perde importância. O neotecnicismo do projeto liberal-burguês enfatiza de forma pragmática a preparação para o trabalho. Se esse neotecnicismo tem como foco as novas tecnologias do trabalho e a flexibilização das relações de trabalho que exigem um sujeito que se adapte rapidamente às novas exigências tecnológicas, e as relações de trabalho, que são capacidades fundamentalmente de caráter intelectual, por que desperdiçar tempo com a Educação Física no currículo oficial básico? É muito mais vantajoso oferecer as práticas corporais como serviços pelas escolhinhas em horário extra como opção de “consumo”. O oferecimento dessas atividades complementares, no entanto, segue a lógica do mercado: há oferecimento enquanto houver consumo. O lazer é também uma questão privada dentro dessa concepção. Além disso, o lazer é a recompensa e espaço de consumo na ótica do Capital para o qual o consumidor não precisa ser educado (muito menos criticamente); o consumidor precisa ser seduzido, e ele pode ser seduzido por meio de formas mais eficientes e econômicas do que manter a Educação Física na escola. (Bracht, 2001:75-6)

Diante do exposto pode-se concluir que a tendência de crescimento (e aposta da burguesia) hoje, no setor não-escolar da Educação Física foi a oportunidade do início dos anos noventa e potencialidade dos dias atuais. Isso, obviamente, não significa um processo irreversível.

A QUESTÃO DOS CONDICIONANTES DA BUROCRACIA

A hegemonia neoliberal não abre mão da burocracia como instrumento de controle, de poder, de organização e regulamentação. A reprodução da sociedade burocrática implica no aceite das normas, da estrutura jurídica e é também uma forma de controle produtivo e social. Tal engrenagem faz parte da atual sociedade (pós)moderna, da sociedade das organizações e das classes e por isso, necessária para o desenvolvimento econômico.

As atuais formações institucionais não desconsideram os mecanismos burocráticos, antes, empenham-se em aperfeiçoá-los, dotando-lhes de energia competitiva. A competição, por sua vez, acentuou o burocratismo das atividades humanas. As novas faces

destrutivas da contemporaneidade comprovam que os elementos de crise do capitalismo estão mais vivos do que nunca. Burocracia e competição nessa lógica, caminham na contra-mão de uma vida cheia de sentido.¹¹

Dentro da regulação do capitalismo as transformações do processo de trabalho foram operadas com base nas relações salariais (participação sindical) e possibilidade de novas esferas de ação do capital, ou seja, a instauração e deflagração da crise não como um fator isolado, mas intrínseco ao processo contínuo de criação-destrutiva/destruição-criativa.¹²

Quais são as principais mudanças na ordem do capital capazes de acentuar o fetichismo da mercadoria? O que é diferente em relação ao “imperialismo” da época de Lênin? Mesmo considerando os aspectos relativos à mundialização do capital (poderosas transações financeiras) dois fenômenos imediatos nos ajudam a compreender a face podre da burocracia e os desdobramentos da regulamentação da profissão Educação Física: crescimento medíocre e desemprego em massa. O primeiro, discutido anteriormente, um processo degradante que descarta o trabalho e atua na regressão e estagnação da atividade humana. O segundo, também abordado em item anterior, resultado caótico da falta de perspectiva, motivação, condições estruturais e subjetivas. A Educação Física experimentou as duas tendências (crescimento medíocre e desemprego em massa) e encontrou no aporte burocrático da regulamentação a saída para sua crise. Nesse sentido por que a burocracia em seu sentido putrefato acentua os fetiches e as ilusões institucionais, muitas vezes imbecilizando o ser? O que tem envolvido os sujeitos que aderiram à tese da regulamentação senão essa pseudo-proteção chamada burocracia, que legitima, dá

¹¹ - Os princípios e formas da burocracia sintetizados por Fernando C. Prestes Motta, no livro “O que é burocracia” auxiliam numa compreensão clara do tema. Recuperando o teoria de Weber, o autor destaca a organização burocrática do Estado (elite política; corpo de funcionários administrativos; força pública, civil e militar) e salienta os principais aspectos de seu papel: “O papel das organizações burocráticas não é apenas produzir bens, capital, serviços, pessoas, nem mesmo idéias e imagens (...) também não se atém a reproduzir a mão-de-obra, ou força de trabalho por meio do salário que garante sua sobrevivência (...) vai além mesmo da reprodução das desigualdades sociais e culturais. O papel social das organizações burocráticas se manifesta concretamente no exercício do *controle social* que se torna possível pelas relações de poder, que são sempre relações entre desiguais. (cf. Motta, 1981:44)

¹² - Criação-destrutiva/Destruição-criativa é uma expressão cunhada por David Harvey em *Condição Pós-Moderna*.1992. Uma de suas referências é a “Escola da Regulamentação” (Aglietta, Lipietz e Boyer) “Seu argumento básico – Um regime de acumulação descreve a estabilização, por um longo período, da alocação do produto líquido entre consumo e acumulação (...) Tem que haver uma materialização do regime de acumulação, que toma a forma de normas, hábitos, leis, redes de regulamentação etc que garantam a unidade

confiança e “protege a nova profissão”? É um quadro complexo que envolve o sucateamento do espaço escolar, a falta de diretriz pública e a consciência do professorado, cada vez mais voltada para o individualismo.

Sabe-se que a pura negação dos elementos centrais destes princípios (burocracia e competição) desconsidera a perspectiva de organização concreta dos trabalhadores. Reside aqui um aspecto fundamental para qualquer mobilização consciente e contrária às amarras podres da burocracia: a rebelião pressupõe rebeldes pacientes, isto é, dispostos à paciência revolucionária (teórica e prática) que conduz, por meio de uma direção, à ação revolucionária. Negar a burocracia é burrice. É preciso experimentá-la e sugar o poder que ela pode oferecer para apimentar a engrenagem das contradições sociais.

É portanto, no processo administrativo, entendido como forma de planificar as atividades, que a burocracia aliena, domina e reproduz sua força. Através da hierarquia das funções, pequenos círculos são formados com o intuito de co-agir e conservar a dominação. Este é o lado negativo da burocracia. Há todavia, formas internas que permitem um certo trânsito de liberdade entre as esferas hierárquicas, entre as quais, alguns cargos (e poderes) podem favorecer aqueles que lutam a favor da verdadeira liberdade. Mas os limites deste trânsito estão definidos por regulamentos (rígidos e/ou flexíveis); relações de mando e subordinação; prioridade documental comprovada por papel; controle de horário dos empregados e do cumprimento de tarefas, normalmente destinadas à alienação/estranhamento da criatividade crítica. Cabe a pergunta: Como a burocracia pode ajudar as instituições no sentido de desamarrá-las, dotá-las de procedimentos autenticamente democráticos e favorecer a organização daqueles que vivem do trabalho?

Partindo do princípio de que a Educação Física é sobretudo educação, descrevo algumas possibilidades para o enfrentamento atual contra os burocratas. Como a concepção do sistema Confef/Cref está restrita ao mercado, a validade desta tese está circunscrita à opção político-ideológica daqueles que são contrários ao atual sistema educacional. As exigências burocráticas são: quando formado, o professor de Educação Física, na busca de seu primeiro emprego, defronta-se com a necessidade do registro/licença para atuar e um currículo que pelo menos aponte a perspectiva profissional almejada. Como na

do processo, isto é, a consistência entre comportamentos individuais e o esquema de reprodução. Esse corpo de regras, segundo Lipietz, tem o nome de modo de regulamentação” (Harvey, op. Cit: 117)

atualidade, a competição por emprego está mais acirrada, estes dois elementos são fundamentais para a inserção e (re)alocação profissional. Como mediação, a burocracia auxilia o trâmite das relações hierárquicas, profissionais e pessoais, isto é, transforma as pessoas em papéis. As exigências da competitividade no setor educacional são: conhecer e interagir com as Novas Tecnologias da Comunicação e Informação; investir na atualização científica, técnica e cultural; desenvolver comportamento ético e capacitação para a cidadania. (cf. Libâneo, 1998: 28-62) Assim, os interlocutores da tese de uma qualidade total para a educação também apostam numa nova perspectiva burocrática, já que a atual, é uma massa falida, um entrave para o desenvolvimento. Dizem que a estabilidade dos funcionários públicos não deve existir, pois isso causa acomodação e acentua o burocratismo das atividades. São essas as mesmas pessoas que discursam sobre um modelo ideal planejado e estável mas que na prática assumem a dinâmica da rotatividade, do lucro, do mercado para si, da repressão simbólica, da demissão injustificada etc. Burocracia e competição são ingredientes saudáveis para os defensores da regulamentação. Entretanto, as seguintes contradições ainda permanecem: a obrigatoriedade do registro para professores que exerçam suas atividades em instituições educacionais; a abrangência, competência e fiscalização do conselho profissional no campo de trabalho; a transparência no que se refere à ética e aos processos eleitorais internos do conselho, mas o mais importante, a própria Lei 9.696/98 que é a pura contradição da área!

Por outro lado, os conselhos Federal e Regionais nada fazem no sentido de organizar e qualificar os professores de Educação Física. Atuam burocraticamente, reforçando o status-quo de uma “profissão” nascida à fórceps e que possibilita uma entrada mercadológica (setor de serviços e consumo das práticas corporais, esportivas etc) das mais vantajosas e lucrativas.

Nada constroem para os usuários das praças públicas de esporte, ruas de lazer, atividades em que normalmente aqueles que não podem pagar usufruem. O consenso continua girando em torno da responsabilidade profissional, de uma ética imposta e de um registro ilegal e ilegítimo. Como lembra Lucena (1994:54)

Há na gênese da Educação Física, um projeto jurídico que se sobrepõe ao pedagógico (...) Projeto legislativo acentado em propostas que visavam tornar a Educação Física um real e valoroso instrumento de formação (transformação?) racial, preparar um homem forte no propósito de uma economia que buscava modernizar-se industrialmente. (Lucena, 1994:54)

O espírito legalista está presente em boa parte do professorado brasileiro.¹³ Mas parece que ainda não foi feita uma clara distinção. Refiro-me ao entendimento e aos desdobramentos jurídicos. Há aqueles que se pautam pelo fiel cumprimento da Lei, sem questioná-la e as vezes, fazendo dela um instrumento de manipulação. Há aqueles que consideram vitais os aspectos burocráticos da lei, pois só assim conduzirão as pessoas ao esclarecimento e à organização. Só assim vislumbram a democracia e portanto, a ordem. As duas partes não são “farinha do mesmo saco”, mas forças antagônicas que coincidem no mesmo campo de atuação, a burocracia.

A esportivização da Educação Física parece trilhar esses determinantes, afinal é nela que os burocratas da área se apóiam. O esporte em si, continua vivo, é um dos fenômenos sócio-culturais de maior importância para o homem, podendo ser pedagogizado, ideologizado e vendido como produto descartável através de poderosas estratégias de marketing. Mas, se de um lado, a estrutura funcionalista promove através do esporte, a ascensão de sua política nos níveis hegemônicos do conservadorismo atual, de outro, a perspectiva de entendê-lo para todos, com canais democráticos de participação popular e afirmação coletiva de uma identidade, organizada para uma efetiva cooperação, ainda é um tabu.

Decididamente o que tivemos na Educação Física ao longo de pelo menos três décadas, foi um acirramento na luta política interna, uma maior disputa esquerda x direita. As ramificações do debate sobre a regulamentação aumentaram as rivalidades, as divergências históricas de concepção da área. A década de 1990 só aprofundou tais cortes. Foi uma das piores fases para os trabalhadores brasileiros pois além da ofensiva do capital, patrocinada pelo neoliberalismo, o recuo das lutas foi sensivelmente elevado. Também foi uma das piores fases (senão a pior) para a Educação Física Brasileira.

A crise do capitalismo reproduzida em vários lugares sociais de realização do Capital conseguiu atingir a subjetividade dos trabalhadores e suas organizações sindicais, que reformularam seus rumos e suas táticas de enfrentamento. As seguintes mudanças

¹³ - Controles objetivos e subjetivos se mesclam na burocracia legal do ensino: Diários de classe, frequência, notas, faltas, conteúdo programático, rasuras, datas, calendário, reposições, avaliações, relatórios etc. Os padrões (Estado e empresários da educação) “põem o chicote” nas regras do trabalho, “açoitando o

estiveram presentes: impactos das transformações produtivas e sociais que estão mediadas na Reforma do Aparelho do Estado; mudanças históricas no padrão de regulação social e na conseqüente regulamentação trabalhista; empobrecimento do povo brasileiro pela via da recessão econômica e pelo conjunto da política social pós Plano Real. O que importa assinalar é que a regulamentação da Educação Física está dentro desse caldo político-ideológico da burocracia estatal e privada do país nos anos noventa. A ofensiva reacionária do grupo que encabeça o Conselho Federal apóia-se no burocratismo podre, que é a razão do seu existir; aproveita-se do poder institucional neoliberal, regido pelo novo padrão de regulação, uma espécie de conflito ameno entre trabalho e capital. Nesse sentido procura aparentemente democratizar uma área que pouco conviveu com a democracia.

A intelectualidade mais progressista, conhecedora da recente história que fraturou parte desse projeto retrógrado também encontra-se perplexa e sem ação.¹⁴ O que pode fazer, além de constatar e talvez (re)definir o quadro do consenso x conflito preconizado por Oliveira (1994:26) para a Educação Física no Brasil? Disse o autor que:

A intervenção de um pensamento à esquerda prioriza temas de inspiração político-ideológica, no enalço do desvelamento de problemas sociais. Partindo do pressuposto de que Educação Física é educação, buscam-se alternativas para criar uma outra Educação Física. Esses profissionais demonstram que a prática pedagógica é atravessada pelo político, e vêm sendo questionados pela maioria conservadora que os rotula de militantes políticos. Alegam que Educação Física é uma coisa, e política, outra. O debate, porém, está instaurado, e aos conservadores só resta a alternativa que tanto criticam: a militância política. Militância conservadora, mas militância antes de tudo. A pedagogia consensual não se sustenta mais com a energia de antes. As contradições da pedagogia do consenso cedem terreno para o surgimento daquela que se lhe opõem: a pedagogia do conflito.(Oliveira, 1994:26)

A direita da área promoveu sua militância em torno da bandeira da regulamentação da profissão e vem sendo, por enquanto, vitoriosa em sua empreitada. Mas tal vitória deve ser relativizada, afinal, apoiou-se na burocracia, na sua face podre, nos mecanismos ilusórios de “salvação” dos problemas dos professores de Educação Física. Da mesma forma que o Plano Real foi um esquema montado em Washington para a sangria do povo brasileiro, conseguido pelo “milagre” da derrubada da inflação, a regulamentação da

professorado” através das regras do trabalho, ou seja, causando todo tipo de intimidação e constrangimento dentro e fora do trabalho, através das regras do trabalho (horário de entrada e saída, faltas, diários etc)

¹⁴ - O que realmente significa ser CONTRA a regulamentação? Quais as verdadeiras posturas dos estudantes, professores e pesquisadores da Educação Física Brasileira? Qual o verdadeiro papel do CBCE (Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte) nesta questão?

Educação Física invadiu a mina virgem de ouro, possibilitada pela burocracia. Além disso, flexibilizou o discurso, triturou os chamados leigos da área e vendeu prosperidade “de graça”. Boa parte da esquerda calou-se por que, em direção oposta, também via na burocracia, o caminho da mudança na Educação Física, ou seja, “uma outra Educação Física” nas palavras do autor.

Neste ponto sou forçado a acentuar a crítica no pensamento progressista da área, pois parece que apesar dos feitos, ainda é um pensamento abstrato, diversionista, impotente e pouco influente. Escrevendo sobre a “Sagrada Família da Educação Física”, Freitas (1997:07) critica o academicismo da crítica-política que não tem eficácia e eficiência para resistir ao projeto dominante.

Por que a sagrada família não assume que a politização da sua prática pedagógica tem sido no sentido da reprodução e que é a ideologia burguesa que dita regras incondicionais à sua práxis? (...) Por que a desmesurada regra, quase psicótica dos adeptos da mediação hipócrita, em apresentar os desportos e a educação física como cultura corporal de movimento e/ou práticas pedagógicas escoimadas de preconceitos e pré-noções, enfim, escoimadas da política e da ideologia? (...) Ocupada por demais com críticas fuleiras, não pode perceber o desserviço prestado à classe operária e o grande serviço doado à burguesia, muitas das vezes, via um jogo de bola bizarro ou pela procura imbecilizante da definição do “que é educação física?” (...) perdida na busca de definições comuns e universais, a sagrada família não chegará em tempo a lugar nenhum muito distante da proeminência distal do próprio nasal e, por isto mesmo, não percebe o papel fulcral conservador da sua prática-teórica. (Freitas, 1997:07-10)

Há um outro aspecto que também merece ser levantado aqui. Diz respeito à formação em Educação Física, abordada não pela via curricular, mas pelo eixo filosófico. Quem serão as próximas pessoas promotoras da Educação Física regulamentada? Entra nesta discussão, a fiscalização em relação aos “maus” profissionais, a cassação de registro, os cursos de capacitação, a política e o político como dimensões de uma mesma esfera: as perspectivas concretas dos trabalhadores encontrados em situação desfavorável e submissa. Esse é um assunto polêmico que merece muito debate. Qual será o papel da ala mais progressista da área e daquela mais a esquerda? O filme já foi passado anteriormente, principalmente cenas relativas a processos eleitorais nas Apefs (Associações de Professores de Educação Física).

A verdade é que a regulamentação da Educação Física promove a falsa segurança da estabilidade de uma profissão reconhecida. Isso não é pouco diante do medo coletivo,

imposto e promovido pela perspectiva do desemprego ou sub-emprego, mas é uma forma ilusória e de enganação, construída arbitrariamente.

Esta burocracia portanto, é absolutamente ineficaz no combate às tendências de autonomização irracional, como a que vivemos atualmente. Assim, a principal tarefa para aqueles que desejam desmontá-la é construir na contra-mão deste “salve-se quem puder”, regras e regulamentos racionais de trabalho, visando uma burocracia planejada, democrática e justa para a organização dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anderson, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: **Pós-Neoliberalismo**. As políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- Belluzzo, Luís Gonzaga. Do PF à fast food. In: **Para entender o Brasil**. São Paulo, Alegro, 2000.
- Boito Jr, Armando. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**, São Paulo, Xamã, 1999.
- Bracht, Valter. Saber e fazer pedagógicos: Acerca da legitimidade da Educação Física como componente curricular. In: **Educação Física Escolar: Política, Investigação e Intervenção**, Vitória, Proteoria, 2001.
- Fernández Enguita, Mariano. **Trabalho, Escola e Ideologia: Marx e a crítica da educação**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1993.
- Fernandes, Luís. Neoliberalismo e reestruturação capitalista. In: **Pós-Neoliberalismo**. As políticas sociais e o Estado democrático, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- Freitas, Francisco Mauri de Carvalho. **A sagrada família da Educação Física**, Vitória, CEFD/UFES, 1997.
- Gomes, Luís Marcos. **Os homens do presidente**. São Paulo, Viramundo, 2000.
- Harvey, David. **Condição Pós-Moderna**, São Paulo, Loyola, 1992.
- Libâneo, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente, São Paulo, Cortez, 1998.
- Lucena, Ricardo. **Quando a Lei é a regra**. Vitória, CEFD/UFES, 1994.
- Netto, José Paulo. **Capitalismo e Reificação**, São Paulo, Editora e Livraria Ciências Humanas, 1981.
- Oliveira, Vitor Marinho de. **Consenso e Conflito da Educação Física**, Campinas, Papyrus, 1994.
- Rabelo, Renato. Informe político, **Jornal A Classe Operária**, 2001.
- Sadi, Renato Sampaio. **Os condicionantes políticos da formação docente**. Dissertação de Mestrado, São Paulo, PUC-SP, 1996.
- _____. A qualidade da Educação Física Escolar. In: **Educação Física Escolar: Política, Investigação e Intervenção**, Vitória, Proteoria, 2001.
- Schwartzman, Hélio. **Universidade e Modernidade: um paradoxo**. Folha de São Paulo, 06 de dezembro de 2001
- Sobrinho, Barbosa Lima. Antes que se perca. In: **Para Entender o Brasil**, São Paulo, Alegro, 2000.

SADI, Renato Sampaio. Regulamentação da educação física: a face podre da burocracia. In: ALMEIDA, R. (Org.). **Os bastidores da regulamentação do profissional de educação física**. Vitória, CEFD/UFES, 2002.